

Construção e validação de uma escala de percepção da corrupção ao nível do cidadão

KELMARA MENDES VIEIRA ¹
MONIZE SÂMARA VISENTINI ²
RICARDO TEIXEIRA CUNHA ¹

¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM), SANTA MARIA – RS, BRASIL

² UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS), CERRO LARGO – RS, BRASIL

Resumo

O estudo descreve a criação e validação da Escala de Percepção da Corrupção (EPC), que se propõe a avaliar como o cidadão percebe a corrupção. Na construção e validação da EPC, em etapa qualitativa, o instrumento foi avaliado por especialistas, seguido de pré-teste. Já na etapa quantitativa, realizou-se análise fatorial exploratória e confirmatória, totalizando amostra de 1075 casos. Por fim, sugere-se uma metodologia para a aplicação da EPC. A estrutura final da medida é composta por cinco dimensões de nível individual (conhecimento, comportamento, reflexos, controle e atitude), que posicionam o cidadão como protagonista da análise do fenômeno.

Palavras-chave: Corrupção. Cidadão. Métrica.

Construction and validation of a corruption perception scale at the citizen level

Abstract

The study described the creation and validation of the Corruption Perception Scale (CPS), which assesses how citizens perceive corruption. In a qualitative step, the instrument was evaluated by experts, followed by a pre-test. In the quantitative step, exploratory and confirmatory factor analysis was performed, totaling a sample of 1,075 cases. Finally, a methodology for the application of CPS was suggested. The final structure of the measure was composed of five dimensions at the individual level (knowledge, behavior, reflexes, control, and attitude), which position the citizen as the protagonist in the analysis of the phenomenon.

Keywords: Corruption. Citizen. Metrics.

Construcción y validación de una escala de percepción de la corrupción a nivel ciudadano

Resumen

El estudio describe la creación y validación de la Escala de Percepción de la Corrupción (EPC), que tiene como objetivo evaluar cómo los ciudadanos perciben la corrupción. En la construcción y validación de la EPC, en una etapa cualitativa, el instrumento fue evaluado por expertos, seguido de un pretest. En la etapa cuantitativa, se realizó un análisis factorial exploratorio y confirmatorio, totalizando una muestra de 1075 casos. Finalmente, se sugiere una metodología para la aplicación de la EPC. La estructura final de la medida está compuesta por cinco dimensiones a nivel individual (conocimiento, comportamiento, reflejos, control y actitud), que posicionan al ciudadano como protagonista en el análisis del fenómeno.

Palabras clave: Corrupción. Ciudadano. Métrica.

Artigo submetido em 30 de agosto de 2021 e aceito para publicação em 07 de janeiro de 2022.

[Versão traduzida]

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395120210173>

INTRODUÇÃO

A corrupção é um problema generalizado, enfrentado por vários países em épocas diferentes, e que, embora sua extensão possa variar de uma sociedade para outra, ameaça todas as nações (Mousavi & Pourkiani, 2013). Definida como o abuso do poder confiado a ganhos pessoais (Brown, 2006; Transparency International, 2019), a corrupção mina a justiça, a estabilidade econômica e a eficiência de uma sociedade (Shacklock, Sampford, & Connors, 2006), além de colocar em risco seus valores democráticos e morais (Lambsdorff, 1998). Dentre as práticas de corrupção, as mais comuns se referem ao pagamento de suborno, à lavagem de dinheiro, ao tráfico de influência (Controladoria Geral da União [CGU], 2009), ao favoritismo, ao nepotismo, ao patrocínio político ilegal, à extorsão, ao roubo e à fraude (Cavalcante, 2018).

O indicador do nível de corrupção do setor público mais utilizado e conhecido a nível global é o Índice de Percepção de Corrupção (IPC, em inglês, *Corruption Perceptions Index*), publicado anualmente, desde 1995, pela organização não governamental Transparência Internacional (TI) (Gorsira, Denkers, & Huisman, 2018; Transparency International, 2021; Villarino, 2021). Conforme a Transparência Internacional (Transparency International, 2021), o IPC avalia 180 países e territórios e os atribui notas em uma escala entre 0 e 100, variando de muito corrupto a muito íntegro, respectivamente. Assim, em 2020, os países mais bem avaliados eram Dinamarca (88 pontos), Nova Zelândia (88), Finlândia (88), Singapura e Suécia (85); enquanto Venezuela (15 pontos), Iêmen (15), Síria (14), Somália (12) e Sudão do Sul (12) destacam-se negativamente no contexto mundial.

Outro importante índice é o *World Governance Indicators* (WGI), um projeto do World Bank Group, que produz indicadores de governança para mais de 200 países e territórios desde 1996, considerando seis dimensões, dentre elas o “Controle de Corrupção” (CoC). No ranking que varia de 0 a 100, comparando todos os países do mundo, no ano de 2019, países do continente africano como o Sudão do Sul, a Guiné Equatorial e a Somália, encontravam-se como os três piores do ranking no indicador de Controle de Corrupção, com posições menores do que 1,0. Já ao Finlândia, a Nova Zelândia e Singapura possuem escores próximos de 100, indicando aderência ao combate da corrupção, a partir deste indicador. Na visão de Villarino (2021), o CoC se destaca na comparação de nações, tendo em vista que proporciona informações sobre as mudanças ao longo do tempo, para um número relevante de países, a partir de refinamento metodológico e apoio de uma instituição renomada como o Banco Mundial.

A utilização de índices e indicadores para medições de corrupção têm contribuído com os governos a fazerem escolhas políticas, apresentando um cenário de popularidade (Perumal, 2021) e, na medida do possível, envergonhando os governos corruptos (Mungiu-Pippidi & Dadašov, 2016). No campo da pesquisa, Malito (2014) ressalta que há alta aplicação desses índices na produção acadêmica que versa sobre o impacto da corrupção nos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Entretanto, há recomendações de que sejam aplicados com cautela e analisando-se bem o propósito da investigação, tendo em vista que tais métricas são amplamente baseadas nas percepções de especialistas, carecendo tanto de especificidade quanto de transparência (Mungiu-Pippidi & Dadašov, 2016).

Considera-se, para além dessa crítica, que ambas as métricas (IPC e CoC) estruturam-se sobre a égide de avaliar a estrutura administrativa do Estado, não depositando esforços para compreender como o cidadão comum percebe a corrupção diante das influências a que está exposto. Esta é a proposta desta investigação, que visa construir e validar uma escala de percepção da corrupção na visão do cidadão comum e não de agentes e especialistas na temática governamental. Ko e Samajdar (2010) incitam a necessidade de se preencher esta lacuna, explorando as fontes de percepção do ponto de vista teórico, em uma perspectiva de baixo para cima, levando em consideração a percepção dos cidadãos sobre a corrupção. A validação de escalas desta natureza possui mérito ao possibilitar a comparação de fenômenos - neste caso a percepção de corrupção por parte da população - entre países (Overman, Schillemans, & Grimmelhuijsen, 2020) e regiões de um mesmo país, como no Brasil, com dimensões continentais.

Estudar a percepção dos cidadãos quanto à corrupção é fundamental, tendo em vista que pode impactar no bem geral e nas ações do governo. Školník (2020) destaca que a percepção (negativa) de corrupção por parte de um cidadão leva à ausência de todas as suas formas de participação social, como, por exemplo, participação eleitoral, atuação em conselhos e reuniões municipais e de partidos políticos e manifestações. Neshkova e Kalesnikaitė (2019) corroboram, ressaltando que, se os cidadãos avaliam um governo como corrupto e desonesto, eles se tornam céticos em relação à vida política e, conseqüentemente, são menos propensos a participar da governança democrática.

Tendo em vista a possibilidade de os cidadãos perderem a motivação para participar politicamente em um ambiente que considerem corrupto, sobressai a relevância desta investigação, que possibilita identificar as formas de compreensão do cidadão acerca da corrupção no país em que reside, sob diferentes perspectivas. Yu, Chen, e Lin (2013) destacam que o controle da corrupção requer primeiro um meio de medir o fenômeno, pois, só então, os problemas podem ser corretamente diagnosticados e as soluções devidamente avaliadas. Assim, corroboram os autores, para que um governo democrático possa governar de forma eficaz, devem ser levadas em consideração as pesquisas que avaliem a percepção sobre a corrupção “daqueles que estão nas ruas” (Yu et al., p. 57).

DESENVOLVIMENTO DA ESCALA DE PERCEPÇÃO DA CORRUPÇÃO (EPC)

A proposta de construção da escala torna-se destaque, na medida em que, além do caráter teórico inovador, reflete um esforço para se compreender como o cidadão comum reconhece este fenômeno complexo (Gorsira et al., 2018). Há mais de 30 anos, Hilgartner e Bosk (1988) já destacavam que, do ponto de vista filosófico, o uso da percepção subjetiva para a medição da corrupção é justificável, porque as questões públicas são uma projeção da cognição coletiva da sociedade como um todo e não simplesmente um reflexo da realidade objetiva.

Collins, Uhlenbruck, e Rodriguez (2009) indicam que estudos de perspectiva subjetiva são complexos de serem conduzidos a nível individual, tendo em vista que a corrupção é difícil de definir, de observar e de medir. Para buscar eliminar estas barreiras, o instrumento desenvolvido para esta pesquisa é abrangente na análise da corrupção, elaborado a partir de extensiva revisão de literatura, incorporando cinco dimensões de nível individual (conhecimento, comportamento, reflexos, controle e atitude) e posicionando o cidadão como protagonista da análise do fenômeno.

A dimensão *conhecimento* reflete “aquilo/o que o cidadão conhece/sabe sobre corrupção”. Cidadãos politicamente conscientes compreendem as informações políticas de maneira diferente daqueles que não dão igual relevância ao tema (Weitz-Shapiro & Winters, 2016). Assim, é fundamental que o cidadão tenha conhecimento sobre o significado da corrupção (Lin & Yu, 2014), as práticas corruptas (Sadek, 2019), a legislação de combate (Abreu & Gomes, 2021) e que busque informações para se atualizar sobre o tema (Bai, Liu, & Kou, 2014; Yu, Chen, & Lin, 2013), bem como o leve ao cerne da discussão social (Weitz-Shapiro & Winters, 2016). O Quadro 1 lista os itens da dimensão conhecimento da EPC, definidos a partir da literatura atual.

Quadro 1
Itens da Dimensão Conhecimento

Código	Item
Item 1	Eu sei o que significa corrupção.
Item 2	Eu me interesso por buscar informações sobre corrupção.
Item 3	Na minha formação escolar/acadêmica a corrupção foi/é um tema debatido.
Item 4	Eu discuto sobre corrupção nas minhas relações familiares/sociais.
Item 5	Eu consigo identificar práticas corruptas.
Item 6	Conheço diferentes formas de corrupção (por exemplo propina, superfaturamento e/ou outras formas).
Item 7	Eu conheço a legislação sobre corrupção.
Item 8	Eu sei quais são as punições cabíveis para o cidadão que pratica atos corruptos.
Item 9	Eu percebo facilmente quando ocorrem práticas de corrupção.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A dimensão do conhecimento também se justifica, dado que a compreensão da corrupção é refletida em um fenômeno cultural, no entanto, os indivíduos não devem ser pré-julgados em relação ao seu país de origem (Barr & Serra, 2010). De forma prática, esta dimensão analisa a relação entre as diferentes formas de obtenção de conhecimento sobre corrupção e a relevância que tal conhecimento tem sob esta percepção. Assim, implica que um cidadão que desconhece as práticas e atos de corrupção pode ter a sua percepção deste fenômeno prejudicada.

A dimensão *comportamento* representa “*como o cidadão se comporta diante de atos corruptos*”. Marquette e Peiffer (2018), ao compararem a teoria da ação coletiva e a teoria do agente-principal, concluem que ambas apresentam indicações muito próximas quanto à decisão de se envolver em corrupção, podendo ser motivada pela concepção do cidadão de que não perderá seu status de beneficiário de algo e nem será responsabilizado por tal ato. A relevância de se conhecer a percepção do cidadão comum quanto às suas ações frente aos atos corruptos é reforçada pela análise comportamental.

Tendo por base a literatura recente, o Quadro 2 lista os itens da EPC para a dimensão comportamento.

Quadro 2
Itens da Dimensão Comportamento

Código	Item
Item 10	Eu já presenciei atos de corrupção.
Item 11	Eu já convivi com pessoas que foram acusadas pelo crime de corrupção.
Item 12	Eu já fui convidado a praticar pequenos atos de corrupção para conseguir algum benefício no setor público.
Item 13	Eu já fui convidado a praticar pequenos atos de corrupção para conseguir algum benefício no setor privado.
Item 14	Eu denunciei algum ato corrupto.
Item 15	Eu já auxiliei no processo de investigação de atos corruptos.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A literatura indica características específicas a serem compreendidas no nível do comportamento individual, segmentando-se aqueles que já presenciaram (Gorsira et al., 2018), denunciaram ou investigaram atos corruptos (M. Bugarin & T. Bugarin, 2017; Independent Commission Against Corruption [ICAC], 2018), conviveram com acusados pelo crime de corrupção (Asian Barometer Survey, ABS W4, 2016), ou já foram convidados a praticar pequenos atos de corrupção para conseguir algum benefício no setor público ou privado (Gorsira et al., 2018).

Na prática, os itens de dimensão comportamental medem a percepção de corrupção entre os respondentes que já tiveram contato e testemunharam práticas corruptivas e aqueles que nunca as experimentaram. Algumas perguntas avaliam o posicionamento ativo e passivo dos respondentes face às práticas corruptas, tanto no setor privado como no público, permitindo uma análise ainda mais interessante para compreender as percepções dos diferentes perfis de respondentes.

Na dimensão *reflexo*, mensura-se como o cidadão percebe as “*consequências da corrupção para a sua vida e o seu país*”. Neshkova e Kalesnikaite (2019) indicam que os reflexos da percepção da corrupção podem ser sentidos na participação política do cidadão; assim, se avaliam seu governo como corrupto e desonesto, tem menos probabilidade de participar de um governo democrático. Em âmbito individual, é salutar compreender o quanto o cidadão se sente afetado pelos efeitos da corrupção (Neshkova & Kalesnikaite, 2019), os reflexos das ações corruptas para a sua qualidade de vida (Warren, 2004) e sua consequente sensação de privação ao acesso a bens ou serviços públicos (Amundsen, 1999; Leal, 2013; World Bank, 1997). No contexto social, esta dimensão visa o entendimento do quanto a corrupção pode ser danosa ao desenvolvimento do país (Abreu & Gomes, 2021), impulsionar o desperdício do dinheiro público (Amundsen, 1999), bem como estar institucionalizada na sua cultura (ABS, 2016; Lin & Yu, 2014). O Quadro 3 lista os itens da EPC para a dimensão reflexos.

Quadro 3
Itens da Dimensão Reflexo

Código	Item
Item 16	A corrupção é generalizada no país.
Item 17	Eu me sinto particularmente afetado pela corrupção.
Item 18	A corrupção prejudica a minha qualidade de vida.
Item 19	Eu acredito já ter sido privado do acesso a algum bem ou serviço devido à corrupção.
Item 20	Os serviços públicos oferecidos aos cidadãos são prejudicados pela corrupção.
Item 21	A corrupção atrasa o desenvolvimento do país.
Item 22	A corrupção implica em desperdício de dinheiro público.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os itens de dimensão reflexo avaliam se os respondentes são particularmente afetados pela corrupção e as suas consequências para os cidadãos e para o país. Assim, a ideia desta dimensão é medir se os respondentes se sentem diretamente afetados pela corrupção. E, tendo o conhecimento e sabendo como a corrupção se manifesta, se os cidadãos podem identificar as consequências trazidas pela corrupção. A análise desta dimensão é justificada, pois entendemos que os reflexos da corrupção são sentidos de forma diferente entre aqueles que conhecem a corrupção, tanto no campo teórico como prático, ou que já foram afetados por ela, e aqueles que não experimentaram o fenômeno. Assim, esta dimensão torna-se ainda mais relevante quando analisada em conjunto com as dimensões do conhecimento e do comportamento, por exemplo.

O controle da corrupção compõe outra dimensão analisada, indicando “*como o cidadão percebe o combate à corrupção no país realizado pelo Estado*”. A ideia é mensurar a forma como a corrupção se torna visível ao cidadão e o quão evidentes são as estratégias para combatê-la. Acredita-se que, quanto mais evidentes essas estratégias, sejam elas mediadas legalmente, pelos órgãos reguladores do estado ou pela mídia, mais fácil de o cidadão identificar ações e atos corruptos. Nesse sentido, o estudo de Weitz-Shapiro e Winters (2016) indica que indivíduos mais educados sejam mais propensos a discernir informações confiáveis e não confiáveis, tomando decisões mais acertadas e com menor desvio de conduta, além de cobrar uma postura mais ética das autoridades.

Esses resultados devem ser animadores para governos, como o Brasil, que têm investido na criação de unidades de auditoria e controle independentes e idôneas. Contanto que essas agências sejam capazes de manter sua reputação de alta qualidade, deve-se esperar que sua influência cresça à medida que a população se torne cada vez mais educada (Weitz-Shapiro & Winters, 2016, p. 71).

Abreu e Gomes (2021) destacam que os níveis democráticos relacionados ao funcionamento do governo e à participação política impactam significativamente os resultados da percepção da corrupção. Assim, como mostrado nos itens do Quadro 4, as premissas investigadas neste estudo vão ao encontro da avaliação do cidadão quanto à eficiência dos órgãos reguladores do Estado e da legislação na identificação dos atos corruptos (Abreu & Gomes, 2021), na transparência da divulgação desses atos (Kaufmann, 2003) e dos esforços realizados para punir e combater a corrupção (ABS, 2016).

Quadro 4
Itens da Dimensão Controle

Código	Item
Item 23	Os órgãos reguladores são eficientes na identificação de atos corruptos.
Item 24	A legislação facilita a identificação de atos corruptos.
Item 25	Os esforços realizados atualmente são suficientes para o combate a corrupção.
Item 26	Nos últimos dez anos o país tem avançado no combate a corrupção.
Item 27	A cobertura midiática ajuda no combate a corrupção.
Item 28	As pessoas condenadas por corrupção são punidas corretamente pelo país.
Item 29	A existência de canais de denúncia anônima ajuda no combate a corrupção.
Item 30	O país é transparente na divulgação de atos corruptos.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os itens da dimensão controle buscam mensurar a percepção dos respondentes sobre as práticas realizadas para prevenir e combater a corrupção, algumas delas inspiradas e questionadas pela IPC. A análise da dimensão se enquadra na percepção de eficiência e suficiência dos esforços de combate à corrupção, se as punições são corretas e proporcionais e se há transparência nas ações de combate às práticas corruptas. Acredita-se que os cidadãos mais céticos quanto à capacidade de punir os corruptos teriam uma percepção diferente daqueles mais confiantes.

Por fim, a dimensão *atitude* é definida como “*aquilo que o cidadão pensa/vivencia no que tange aos atos corruptos*”. Sadek (2019) salienta que as percepções estão vinculadas ao grau de escolaridade do indivíduo e da sua exposição às informações e divulgação dos atos corruptos. Julgamentos de nível pessoal quanto à (anti)ética de denunciar, praticar ou tolerar atos corruptos podem se configurar como elementos importantes para medir a confiança do cidadão na democracia. Manzetti e Wilson (2007) argumentam que governos corruptos podem reter o apoio ao distribuir benefícios aos cidadãos, indicando que a corrupção pode ser vista como justificável por uma parcela da população. Assim, reforçam esses autores, em países

onde as instituições políticas são subdesenvolvidas e fracas, a corrupção pode aumentar a participação dos cidadãos, que buscam lucrar com esses regimes corrompidos. Neshkova e Kalesnikaite (2019) destacam que, a nível local, onde os laços entre a comunidade e os funcionários públicos são presumivelmente mais fortes, a corrupção tem um efeito de mobilização, havendo uma maior tolerância para os atos corruptos. O Quadro 5 lista os itens da EPC de acordo com a dimensão atitude.

Quadro 5
Itens da Dimensão Atitude

Código	Item
Item 31	Toda pessoa que toma conhecimento de algum ato de corrupção tem o dever de denunciar.
Item 32	A corrupção se justifica ao trazer benefícios para a população. *
Item 33	Tolerar atos de corrupção pressupõe uma personalidade antiética.
Item 34	Eu me sentiria incomodado se soubesse de algum ato corrupto e não denunciasse.
Item 35	Eu votaria em candidatos investigados por crimes relacionados a atos de corrupção. *
Item 36	Praticar atos de corrupção é injustificável.

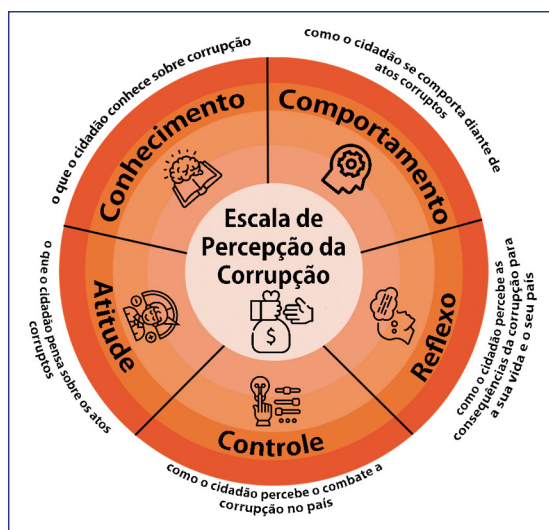
* questões invertidas.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os itens apresentados no Quadro 5 visam avaliar o nível de tolerância dos respondentes a práticas corruptas, bem como se eles são capazes de conceber realidades em que a corrupção seria aceitável, endossando tais práticas, como votar em candidatos investigados por tais práticas. Ao responder os itens desta dimensão, o cidadão reflete sobre como percebe, tolera e se sente ao ter contato ou conhecimento de um ato ou ação corrupta.

Nesta pesquisa, a percepção é definida como um processo pelo qual o mundo é representado pelo cidadão e cujo produto constitui sua experiência consciente disponível para relato (Milner & Goodale, 1995). Assim, a EPC avalia como o cidadão comum percebe a corrupção no seu país, considerando-se as cinco dimensões da Figura 1. A proposta desta Escala se diferencia dos índices internacionalmente conhecidos, como o IPC e o CoC, pois não tem interesse em medir a corrupção no país, mas sim avaliar como este fenômeno é reconhecido na sociedade. Entende-se que este instrumento se faz necessário e complementar as análises de corrupção já existentes, tendo em vista que pode elucidar situações até então não compreendidas com as métricas conhecidas.

Figura 1
Dimensões da EPC



Fonte: Elaborada pelos autores.

Exemplificando, países em que a corrupção não é perseguida pelos órgãos públicos e agências reguladoras, nem amplamente divulgada na mídia, dificilmente terão um reconhecimento, por parte do cidadão, do quão prejudicial o fenômeno pode ser à sociedade. Acredita-se que, sem estratégias de combate e divulgação, as possibilidades de reconhecimento dos impactos da corrupção sejam mitigadas, o que poderia ser comprovado a partir da aplicação da EPC.

PROCEDIMENTOS DE CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DA EPC

O processo de desenvolvimento da EPC iniciou com uma revisão de literatura sobre o tema, a qual forneceu os subsídios teóricos para a definição dos seus construtos e do conjunto inicial de itens que a compõem. A revisão da literatura foi seguida por uma abordagem qualitativa para validação e refinamento dos itens. Na sequência, partiu-se para a etapa quantitativa, a qual envolveu mais duas análises. A primeira, de caráter exploratório, teve por objetivo uma validação inicial dos itens e das dimensões propostas e, a segunda, de caráter confirmatório, avançar na validação e na construção do modelo teórico da escala. Para cada uma das etapas foram obtidas diferentes amostras conforme o Quadro 6.

Quadro 6
Etapas, amostras e objetivos do processo de construção da escala

Etapa	Amostra	Objetivo
Qualitativa	Quatro especialistas de diferentes áreas do conhecimento.	O instrumento foi avaliado quanto à dimensão representada pelo item, o grau de relevância e a adequação da formulação.
	Dez indivíduos de diferentes perfis socioeconômicos e demográficos.	Pré-teste. Análise semântica para avaliar a compreensão da escala por todos os níveis da população-alvo.
Quantitativa	420 indivíduos de todas as regiões brasileiras.	Validação de itens e dimensões através da aplicação de análise fatorial exploratória.
	655 indivíduos de todas as regiões brasileiras.	Validação do modelo através da aplicação de análise fatorial confirmatória e construção da metodologia de aplicação da escala.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na etapa qualitativa, o instrumento foi avaliado por quatro especialistas. Seguindo a recomendação de DeVellis (2016), foram selecionados especialistas de diferentes áreas de conhecimento. Para avaliar o nível de concordância entre os juízes, aplicou-se o coeficiente de validade de conteúdo (CVC) e o Kappa de Fleiss (Fleiss, 1971). Posteriormente, procedeu-se a um pré-teste, para avaliar a adequabilidade do instrumento para aplicação junto a população de interesse.

Para a etapa quantitativa considerou-se a população brasileira que segundo o IBGE (2020) é de 211.439.266 pessoas, com um nível de confiança de 95% e um erro amostral de 3%, obtendo-se uma amostra mínima de 1075 indivíduos. A amostra foi dividida em 420 casos para fase exploratória e 655 casos para a confirmatória. O instrumento foi aplicado de modo online, entre janeiro e fevereiro de 2021.

Na primeira fase da etapa quantitativa, visando validar a dimensionalidade da escala foi realizada a análise fatorial exploratória com o programa Factor, versão 10.10.01 (Ferrando & Lorenzo-Seva, 2017). Foi utilizada matriz de correlação policórica, com o método de extração de fatores *Robust Diagonally Weighted Least Squares* (RDWLS) e rotação robusta Promin (Lorenzo-Seva & Ferrando, 2019). A estimação do número de fatores utilizou a implementação ótima da análise paralela (Timmerman & Lorenzo-Seva, 2011). Para aumentar a acurácia do método, considerou-se o intervalo de confiança de 95% para os valores aleatórios (Crawford et al., 2010). Para a retirada de itens, foram considerados dois parâmetros: 1) cargas fatoriais menores do que 0,30; e 2) itens com cargas cruzadas (diferença entre as cargas fatoriais em dois fatores menor ou igual a 0,10). Assim, todos os itens que atendessem a, pelo menos, um desses critérios foram retirados.

Como complemento, realizou-se a análise da replicabilidade dos fatores, a partir do índice H (Ferrando & Lorenzo-Seva, 2018), o qual avalia quão bem os itens representam os fatores latentes encontrados, sendo que valores acima de 0,80 indicam que a estrutura fatorial tende a ser replicável entre estudos. A consistência interna foi avaliada a partir do cálculo do Alpha de Cronbach (Cronbach, 1951) e do Ômega de McDonalds (ω) (McDonalds, 1999), para os quais valores iguais ou superiores a 0,7 foram considerados adequados (Hair et al., 2014).

Na segunda fase, utilizou-se a análise fatorial confirmatória para verificação da validade convergente, unidimensionalidade e validade discriminante dos construtos. Os modelos são estimados com a matriz de variância-covariância, estimação por máxima verossimilhança via procedimento direto. A validade convergente foi analisada pela observação da magnitude e da significância estatística dos coeficientes padronizados, pelos seguintes índices de ajustes absolutos: estatística *qui-quadrado* (χ^2), *Root Mean Square Residual* (RMR), *Root Mean Square Error of Approximation* (RMSEA), *Goodness-of-Fit Index* (GFI); e pelos índices de ajuste comparativos: *Comparative Fit Index* (CFI), *Tucker-Lewis Index* (TLI).

Para a razão do *qui-quadrado*/graus de liberdade as recomendações são de valores menores que três; para CFI, GFI, NFI e TLI, sugerem-se valores maiores que 0,950 e o RMR e o RMSEA, devem ficar abaixo de 0,080 e 0,060, respectivamente (Byrne, 2016; Hair et al., 2014; Hooper et al., 2008; Kline, 2015). Já a unidimensionalidade é avaliada a partir dos resíduos padronizados relativos aos indicadores de cada variável latente. São considerados unidimensionais os construtos que apresentaram, para um nível de significância de 5%, resíduos padronizados inferiores a 2,58 (Hair et al., 2014). Para a validade discriminante foi utilizado o teste de diferenças de *qui-quadrado*, para o qual diferenças entre o modelo restrito e o modelo livre superiores a 3,84 indicam validade discriminante (Bagozzi, Yi, & Phillips, 1991).

Por fim, desenvolveu-se uma metodologia para a normatização da aplicação da EPC. Nessa etapa, a percepção de corrupção é construída a partir da média ponderada das respostas dos entrevistados em cada uma das dimensões. A EPC varia de um a cinco, sendo que quanto mais próximo de cinco maior a percepção de corrupção do cidadão.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Santa Maria (CAAE: 37890820.8.0000.5346), os entrevistados completaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) concordando em participar. Os instrumentos foram completados de forma anônima e a privacidade dos dados garantida pelo termo de confidencialidade. A base de dados da pesquisa está à disposição dos leitores através do envio de uma solicitação por e-mail aos autores.

CONSTRUÇÃO DOS ITENS DA EPC

A partir das dimensões e suas definições, desenvolvidas no modelo teórico, e considerando-se a literatura sobre corrupção, buscou-se construir os itens relativos a cada dimensão para a operacionalização da escala. Nessa etapa foram consideradas as técnicas de construção recomendadas pela literatura psicométrica, como a objetividade, a simplicidade, a clareza, a relevância, a variedade e a credibilidade dos itens e os critérios de amplitude e equilíbrio do instrumento (Pasquali, 2009).

Os Quadros 1 a 5 apresentam os itens da EPC segundo as dimensões. Todos os itens da EPC foram construídos considerando como categorias de resposta a escala tipo Likert de cinco pontos (1 – discordo totalmente, 2- discordo, 3-indiferente, 4- concordo, 5 – concordo totalmente).

O caráter inovador da EPC, ao propor a construção de uma escala de avaliação da percepção sob o ponto de vista do cidadão, exigiu a criação de todos os itens, dada a inobservância na literatura de instrumentos prévios com essa característica. Entretanto, seis questões foram inspiradas nos questionamentos dos indicadores do *Corruption Perceptions Index* (Transparência Internacional, 2020): O item 16 foi inspirado na questão “How do you grade the problem of corruption in the country in which you are working?” Os itens 25 e 26 foram pensados a partir do questionamento “Has the government implemented effective anti-corruption initiatives?”. Os itens 27 e 30 basearam-se na questão “Are allegations of corruption given wide and extensive airing in the media?” Por fim, o item 28 foi construído a partir “To what extent are public officeholders who abuse their positions prosecuted or penalized?”.

VALIDAÇÃO QUALITATIVA DA EPC

A etapa qualitativa da validação iniciou-se com a consulta a quatro especialistas. Foi elaborado um instrumento específico para essa etapa, o qual continha as instruções aos especialistas e, para cada item do instrumento, foram apresentadas questões quanto grau de pertinência do item (1-Deve ser retirado, 2-Deve ser mantido após reformulação; 3-Deve ser mantido como está), ao grau de relevância (1-Pouco Relevante, 2-Relevante, 3-Muito Relevante), e a dimensão representada (Knowledge, Behavior, Attitude, Control, Reflex). A Tabela 1 apresenta os resultados dessa etapa para o coeficiente de validade de conteúdo (CVC) e o Kappa de Fleiss.

Tabela 1
Coeficiente de validade de conteúdo e Fleiss's Kappa

Dimensão	Item	CVC		Kappa de Fleiss
		Pertinência	Relevância	
Conhecimento	1	0.829	0.996	0.775
	2	0.913	0.829	
	3	0.746	0.829	
	4	0.913	0.913	
	5	0.746	0.913	
	6	0.746	0.829	
	7	0.829	0.829	
	8	0.913	0.913	
	9	0.996	0.829	
Comportamento	10	0.746	0.996	0.625
	11	0.913	0.829	
	12	0.913	0.996	
	13	0.913	0.996	
	14	0.913	0.913	
	15	0.913	0.996	
Reflexos	16	0.913	0.913	0.954
	17	0.913	0.913	
	18	0.913	0.996	
	19	0.913	0.829	
	20	0.913	0.913	
	21	0.996	0.913	
	22	0.996	0.829	
Controle	23	0.996	0.829	0.786
	24	0.996	0.913	
	25	0.913	0.913	
	26	0.996	0.913	
	27	0.996	0.913	
	28	0.913	0.996	
	29	0.996	0.996	
	30	0.829	0.829	
Atitude	31	0.996	0.829	0.698
	32	0.913	0.996	
	33	0.913	0.829	
	34	0.996	0.913	
	35	0.913	0.829	
	36	0.913	0.996	
EPC		0.910	0.906	0.768

Fonte: Elaborada pelos autores.

O coeficiente de validade de conteúdo médio para a relevância foi de 0,906 tendo os valores dos itens variado entre 0,829 e 0,996. Já para a pertinência, o CVC médio foi de 0,919 tendo os valores dos itens ficado no intervalo entre 0,746 e 0,996. O Kappa de Fleiss apresentou valor de 0,768 ($z=22,5$; $\text{sig}<0,001$) com os valores nas dimensões variando de 0,625 a 0,954. Portanto, a avaliação dos especialistas apontou para a validade de conteúdo da escala (CVC $>0,70$; Pasquali, 2009) e concordância substancial (Kappa $>0,6$; Landis & Koch, 1977) entre os especialistas.

Na segunda fase da etapa qualitativa foi realizado um pré-teste, visando garantir que os itens sejam significativos para a população alvo (Boateng et al., 2018). A amostra de dez cidadãos foi selecionada por conveniência, visando garantir a representatividade de diferentes perfis socioeconômicos e demográficos. Os instrumentos foram aplicados através de entrevistas, a fim de avaliar a validade de face dos itens. Nessa fase, os entrevistados relataram uma compreensão adequada dos itens, não sendo identificada nenhuma necessidade de mudança.

VALIDAÇÃO QUANTITATIVA DA EPC

Na sequência, procedeu-se a etapa da validação quantitativa, realizando-se a análise fatorial exploratória. O teste de Bartlett (4.687,7; $\text{sig}<0,001$) e o KMO (0.885) indicaram a fatorabilidade dos dados. Foram excluídos os itens 3 e 27 por apresentarem cargas fatoriais inferiores a 0.30 e o item 29 devido à carga cruzada, sendo os resultados finais da análise fatorial apresentados na Tabela 2.

Tabela 2
Dimensões, cargas fatoriais, variância explicada, análise paralela, índice H, Alpha de Cronbach e ômega de McDonalds para a EPC

Dimensão	Itens	Carga Fatorial	Variância Explicada (%)	Análise Paralela Real (estimado percentil 95)	Índice H	Alpha e Ômega
Conhecimento	Item 1	0.829	22.931	23.152 (7.023)	0.929	$\alpha=0.902$ $\omega=0.902$
	Item 2	0.553				
	Item 4	0.616				
	Item 5	0.762				
	Item 6	0.869				
	Item 7	0.785				
	Item 8	0.797				
Comportamento	Item 9	0.640	12.993	13.104 (6.384)	0.818	$\alpha=0.856$ $\omega=0.858$
	Item 10	0.568				
	Item 11	0.558				
	Item 12	0.741				
	Item 13	0.670				
Reflexos	Item 14	0.887	9.974	9.964 (5.982)	0.924	$\alpha=0.874$ $\omega=0.879$
	Item 15	0.748				
	Item 16	0.404				
	Item 17	0.559				
	Item 18	0.592				
	Item 19	0.621				
Item 20	0.870					
	Item 21	0.960				
	Item 22	0.727				

Continuação

Dimensão	Itens	Carga Fatorial	Variância Explicada (%)	Análise Paralela Real (estimado percentil 95)	Índice H	Alpha e Ômega
Controle	Item 23	0.570	6.845	6.915 (5.673)	0.908	$\alpha=0.759$ $\omega=0.763$
	Item 24	0.431				
	Item 25	0.622				
	Item 26	0.576				
	Item 28	0.624				
	Item 30	0.684				
Atitude	Item 31	0.661	5.464	5.511 (5.424)	0.853	$\alpha=0.802$ $\omega=0.804$
	Item 32	-0.528				
	Item 33	0.727				
	Item 34	0.763				
	Item 35	-0.494				
	Item 36	0.570				

Fonte: Elaborada pelos autores.

A implementação ótima da análise paralela indicou que a escala teria cinco dimensões, confirmando a dimensionalidade prevista no modelo teórico. Em conjunto, as cinco dimensões explicam 58,21% da variância, com destaque para a dimensão conhecimento com 22,93%. Todos os índices H são superiores a 0.80 indicando que a estrutura fatorial tende a ser replicável em diferentes estudos. E, as cinco dimensões apresentam consistência interna, uma vez que os Alpha de Cronbach e o Ômega de Macdonalds são superiores a 0.70.

Sendo as cinco dimensões consideradas adequadas na fase exploratória, na segunda etapa da fase quantitativa buscou-se analisar os construtos sob o ponto de vista confirmatório. A Tabela 3 apresenta os resultados dos índices de ajuste dos modelos iniciais e finais. Para os construtos em que os modelos iniciais não se mostraram adequados, adotou-se a estratégia de aprimoramento do modelo, especialmente com a retirada de variáveis com baixas cargas fatoriais.

Tabela 3
Índices de ajuste para os cinco construtos da EPC

Índices de ajuste	Conhecimento		Comportamento		Reflexos		Controle		Atitude	
	Inicial	Final	Inicial	Final	Inicial	Final	Inicial	Final	Inicial	Final
Qui-quadrado (valor)	423.891	5.900	182.150	2.433	339.930	0.670	40.897	1.558	46.452	1.587
Qui-quadrado (probabilidade)	0.000	0.052	0.000	0.119	0.000	0.413	0.000	0.459	0.000	0.208
Graus de Liberdade	20	2	9	1	14	1	9	2	9	1
Qui-quadrado / Graus de Liberdade	21.195	2.950	20.239	2.433	24.281	0.670	4.544	0.779	5.161	1.587
GFI	0.847	0.996	0.911	0.998	0.850	0.999	0.978	0.999	0.977	0.998
CFI	0.774	0.995	0.796	0.996	0.762	1.000	0.947	1.000	0.921	0.998
TLI	0.683	0.986	0.660	0.988	0.642	1.000	0.911	1.000	0.869	0.994
RMR	0.082	0.019	0.153	0.045	0.057	0.004	0.049	0.012	0.046	0.025
RMSEA	0.176	0.055	0.172	0.047	0.189	0.000	0.074	0.000	0.080	0.030

Fonte: Elaborada pelos autores.

No processo de aprimoramento do modelo foram retirados os seguintes itens, todos com cargas fatoriais inferiores a 0.5: Conhecimento- itens 1, 4, 5, e 6; Comportamento -itens 11, 14 e 15; Reflexos - itens 16, 21 e 22; Controle - itens 24 e 26; e Atitude- itens 32, 35 e 36. Após essas exclusões, os modelos finais das cinco dimensões atenderam a todos os critérios de ajuste, podendo-se concluir pelas suas validades convergentes. Todos os resíduos padronizados foram inferiores a 2,58, confirmando também a unidimensionalidade.

Em seguida, para testar a validade discriminante dos construtos, utilizou-se o teste de diferença de qui-quadrados. A Tabela 4 apresenta os valores de qui-quadrado e graus de liberdade para o modelo restrito e para o modelo livre, bem como a diferença de qui-quadrados.

Tabela 4
Teste de diferença de qui-quadrados

Dimensões	Modelo Restrito		Modelo Livre		Diferença Qui-Quadrados
	Qui-Quadrado	GL	Qui-Quadrado	GL	
Conhecimento- Comportamento	313.654	14	66.187	13	247.467
Conhecimento-Reflexos	701.489	19	64.537	14	636.952
Conhecimento- Controle	434.658	20	40.278	19	394.380
Conhecimento-Atitude	412.577	14	20.234	13	392.343
Comportamento-Reflexos	350.303	13	27.949	12	322.354
Comportamento-Controle	263.458	14	21.132	13	242.326
Comportamento – Atitude	258.163	9	11.431	8	246.732
Reflexos- Controle	663.044	21	65.138	20	597.906
Reflexos- Atitude	464.458	13	25.676	12	438.782
Controle – Atitude	354.318	14	14.933	13	339.385

Fonte: Elaborada pelos autores.

Observa-se, na Tabela 4, que para todos os conjuntos de construtos, a diferença de qui-quadrados entre os modelos restrito e livre é superior a 3.84, confirmando a validade discriminante entre cada par de construtos. Portanto, todos os construtos são discriminantes entre si, indicando que os mesmos representam dimensões distintas da EPC. Assim, após a etapa de validação confirmatória do modelo de mensuração, a escala manteve as cinco dimensões propostas no modelo teórico, as quais são mensuradas por um conjunto final de 18 itens.

METODOLOGIA PARA APLICAÇÃO DA ESCALA DE PERCEPÇÃO DA CORRUPÇÃO

A partir das cinco dimensões propostas para o EPC, validadas nas etapas anteriores, foi estabelecida a metodologia de aplicação da escala, a qual é definida a partir de cinco passos.

Passo 1: De posse das respostas dos pesquisados, conforme os itens da EPC, codifique as respostas conforme o Quadro 7.

Quadro 7
Codificação das questões do questionário

Dimensão	Sigla	Itens	Códigos
Conhecimento	CH	2, 7, 8 e 9	Discordo totalmente = 1; Discordo = 2; Indiferente = 3; Concordo = 4; Concordo totalmente = 5
Comportamento	CO	10,12 e 13	
Reflexos	RE	17, 18, 19, 20	
Controle	CT	23, 25, 28, e 30	
Atitude	AT	31, 33 e 34	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Passo 2: Obtenha as percepções de cada entrevistado para cada uma das cinco dimensões, a partir da média das respostas dos itens pertencentes à cada dimensão:

$$CH_j = [\text{Item2} + \text{Item7} + \text{Item8} + \text{Item9}] / 4$$

$$CO_j = [\text{Item10} + \text{Item12} + \text{Item13}] / 3$$

$$RE_j = [\text{Item17} + \text{Item18} + \text{Item19} + \text{Item20}] / 4$$

$$CT_j = [\text{Item23} + \text{Item25} + \text{Item28} + \text{Item30}] / 4$$

$$AT_j = [\text{Item31} + \text{Item33} + \text{Item34}] / 3$$

Passo 3: Obtenha as percepções médias para toda a amostra. A percepção média em cada dimensão representa a percepção dos entrevistados na dimensão. Assim, por exemplo, para a Percepção de Conhecimento tem-se a seguinte expressão:

$$CH_p = \frac{\sum_{j=1}^n CH_j}{n} \quad (1)$$

onde CH_p é a Percepção de Conhecimento para o país p ; CH_j é a percepção de conhecimento da corrupção para o entrevistado j e n é o número de respondentes. Procedimento semelhante deve ser adotado para o cômputo da percepção para o país nas demais dimensões.

Passo 4: De posse dos valores médios para cada dimensão é possível calcular o Nível de Percepção da Corrupção, o qual é construído pela média das percepções nas cinco dimensões, matematicamente:

$$NPC_p = \frac{CH_p + CO_p + RE_p + CT_p + AT_p}{5} \quad (2)$$

onde:

NPC_p é o Nível de Percepção da Corrupção do país p ;

CH_p é a Percepção de Conhecimento da Corrupção no país p ;

CO_p é a Percepção de Comportamento em relação à Corrupção do país p ;

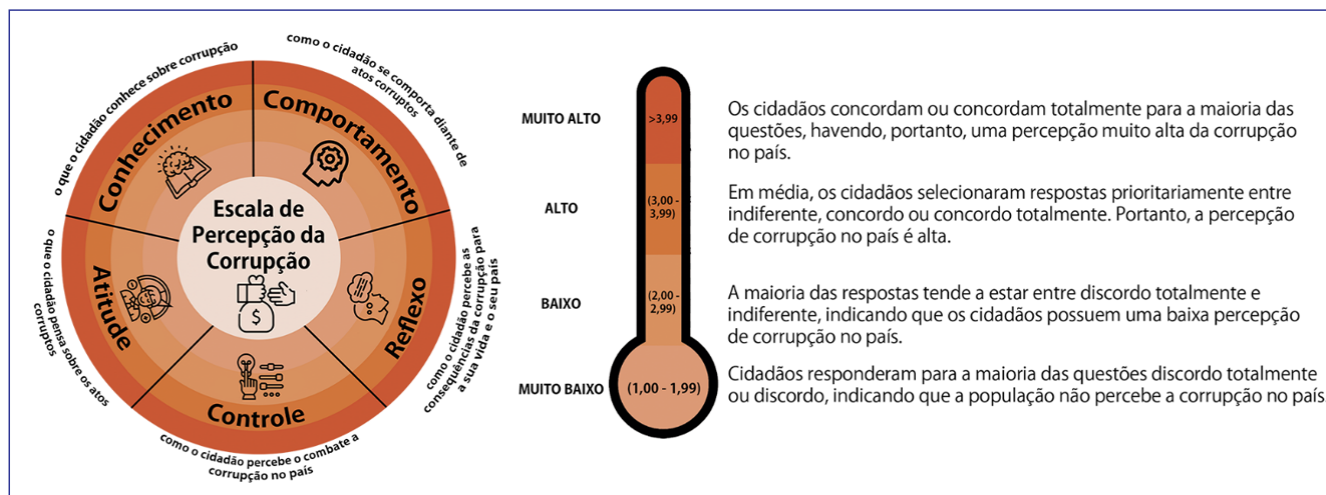
RE_p é a Percepção dos Reflexos da Corrupção no país p ;

CT_p é a Percepção do Controle da Corrupção no país p ;

AT_p é a Percepção da Atitude em relação à Corrupção no país p .

Passo 5: Classificação do Nível de Percepção da Corrupção. A partir dos valores obtidos no passo 4 é possível classificar o Nível de Percepção da Corrupção do país, conforme a Figura 2.

Figura 02
Classificação do Nível de Percepção da Corrupção do país



Fonte: Elaborada pelos autores.

Além desses passos é importante que o usuário da escala esteja ciente de que a EPC foi desenvolvida para ser autoadministrada e em formulários online. A aplicação na forma de entrevistas, exigirá a adaptação do instrumento. Indica-se, ainda, que o termo “country” presente em alguns itens seja substituído pelo nome do país na qual a escala estará sendo aplicada, proporcionando maior identificação para o respondente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A corrupção tem crescido em escala, magnitude e sofisticação das operações enquanto governos de todo o mundo buscam novas abordagens e ferramentas para ajudar a identificar as atividades corruptas (Bajpay & Myers, 2020). O aumento da corrupção amplia a necessidade de obtenção de modelos de mensuração para a sua identificação e entendimento, a partir de diferentes formatos e pontos de vista (agentes públicos, gestores, instituições e cidadãos). Quanto às medidas objetivas, ao longo dos últimos anos, muito se avançou na construção de índices de corrupção capazes, inclusive, de permitir a comparação entre diversos países e setores. Entretanto, do ponto de vista subjetivo e com foco no cidadão ainda não há um instrumento consolidado. Assim, este estudo teve por objetivo a criação e validação da Escala de Percepção da Corrupção (EPC), que se propõe a avaliar como o cidadão de um determinado país percebe a corrupção.

Entende-se que, medidas de corrupção objetivas e subjetivas são necessárias e complementares. Enquanto a medida objetiva visa apresentar um retrato das práticas de corrupção em um país, a medida de percepção avalia o quanto os cidadãos que residem naquele país são capazes de avaliar a existência da corrupção. Neste contexto, países altamente corruptos, mas com baixa percepção da corrupção pela população, poderão ser campos férteis para a proliferação da corrupção, uma vez que a população não assumirá seu papel como agente social, que participa e cobra ações éticas na gestão. Por outro lado, em países onde a percepção da corrupção é alta, os próprios cidadãos, mais conscientes da existência e dos reflexos da corrupção, podem se tornar agentes ativos contra os atos corruptos e atuar com controle social. Nesse sentido, a principal contribuição prática do estudo é a construção de uma ferramenta que permita a todos os pesquisadores e governos interessados avaliar a corrupção do ponto de vista do cidadão.

Na construção e validação da EPC foram adotadas uma série de técnicas exploratórias e confirmatórias que mostraram que a escala é capaz de ser considerada válida sob diferentes critérios. A estrutura final da medida é composta por cinco dimensões, as quais buscam avaliar a percepção de corrupção de uma maneira abrangente.

A metodologia de aplicação proposta apresenta uma maneira simples de avaliação da Percepção da Corrupção, permitindo tanto a avaliação geral (nível de percepção da corrupção), quanto em cada uma das suas dimensões. Para as instituições e agentes públicos, o EPC pode ser útil para analisar os avanços e desafios da agenda de redução da corrupção, considerada ferramenta importante para o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável, estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (AGENDA 2030, 2014). Também pode ser interessante para análise de diferenças de percepção em perfis socioeconômicos diversos, permitindo, por exemplo, identificar grupos com maiores déficits de conhecimento sobre a corrupção que devem ser focos prioritários de políticas públicas.

Para os pesquisadores, a EPC é uma medida útil para aplicação em pesquisas ou estudos longitudinais para avaliar a percepção de uma população em geral ou em um grupo específico, isoladamente ou em associação com outras medidas. Por exemplo, como um antecedente da percepção de cidadania financeira ou da qualidade de vida, ou ainda, como uma consequência da melhoria dos níveis de transparência de um país.

Nós podemos sugerir uma ampla agenda de pesquisa na qual a EPC pode ser utilizada: 1) estudos que busquem a incorporação de novas dimensões, como, por exemplo, uma dimensão de percepção da transparência da corrupção; 2) validação cross-cultural, para validação e adaptação da escala para diferentes culturas; 3) estudos longitudinais, para identificação de mudanças na percepção da corrupção ao longo dos anos; 4) estudos correlacionais, avaliando a associação entre percepção de corrupção e participação social ativa na identificação e denúncia de atos ilícitos; 5) estudos comparativos, relacionando a EPC a outros índices de corrupção; 6) modelagem de equações estruturais, tendo o EPC como antecedente de outros fatores como controle social, cidadania financeira e escolhas em processos eleitorais; 7) testes de diferenças e análises de cluster, para identificar grupos socioeconômicos e demográficos com diferentes percepções de corrupção; 8) avaliação das diferenças na percepção da corrupção para diferentes regimes administrativos, políticos e jurídicos. Finalmente, 9) estudos de impacto, como a avaliação da mudança de percepção a partir da adoção de estratégias de divulgação de corrupção e punição de atos de corrupção.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo suporte financeiro (CNPq-processo 303731/2018-4).

REFERÊNCIAS

- Abreu, W. M., & Gomes, R. C. (2021, fevereiro). Shackling the Leviathan: balancing state and society powers against corruption. *Public Management Review*. Recuperado de <https://doi.org/10.1080/14719037.2021.1893802>
- Agenda 2030. (2014). *A integração dos ODS*. Recuperado de http://www.agenda2030.org.br/os_ods/
- Amundsen, I. (1999). *Political corruption: an introduction to the issues*. Bergen Norway: Chr. Michelsen Institute. Recuperado de <https://www.cmi.no/publications/file/1040-political-coiTuption.pdf>
- Asian Barometer Survey. (2016). *Asian barometer survey of democracy, governance and development*. Recuperado de http://www.asianbarometer.org/pdf/core_questionnaire_wave4.pdf
- Bagozzi, R. P., Y. I., Y., & Phillips, L. W. (1991). Assessing construct validity in organizational research. *Administrative Science Quarterly*, 36(3), 421-458.
- Bai, B., Liu, X., & Kou, Y. (2014). Belief in a just world lowers perceived intention of corruption: the mediating role of perceived punishment. *PLoS ONE*, 9(5), e97075.
- Bajpay, R., & Myers, C. B. (2020). *Enhancing government effectiveness and transparency: the fight against corruption*. Washington, DC: World Bank Group. Recuperado de <http://documents.worldbank.org/curated/en/235541600116631094/Enhancing-Government-Effectiveness-and-Transparency-The-Fight-Against-Corruption>
- Barr, A., & Serra, D. (2010, dezembro). Corruption and culture: An experimental analysis. *Journal of Public Economics*, 94(11-12), 862-869.
- Boateng, G. O., Neilands, T. B., Frongillo, E. A., Melgar-Quiñonez, H. R., & Young, S. L. (2018, June). Best practices for developing and validating scales for health, social, and behavioral research: a primer. *Frontiers in Public Health*, 6, 1-18.
- Bratton, M., & Gyimah-Boadi, E. (2016). *Do trustworthy institutions matter for development? Corruption, trust and government performance in Africa*. Recuperado de https://media.africaportal.org/documents/ab_r6_dispatchno112_trustworthy_institutions_and_development_in_africa.pdf
- Brown, A. J. (2006). What are we trying to measure? Reviewing the basics of corruption definition In A. Shacklock, F. Galtung & C. Sampford (Eds.), *Measuring corruption* (pp. 57-79). Aldershot, UK: Ashgate.
- Bugarin, M., & Bugarin, T. (2017). Ética & incentivos: devemos recompensar quem denuncia corrupção? *Revista Direito GV*, 13(2), 390-427.
- Cavalcante, R. J. (2018). Legalidade: combate à corrupção e compliance na era digital. *Revista Brasileira de Estudos da Função Pública*, 7(20). Recuperado de <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/31605>
- Collins, J. D., Uhlenbruck, K., & Rodriguez, P. (2009). Why firms engage in corruption: A top management perspective. *Journal of Business Ethics*, 87(1), 89-108.
- Controladoria Geral da União. (2009). *A responsabilidade social das empresas no combate à corrupção*. Recuperado de https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/integridade/arquivos/manualrespsocialempresas_baixa.pdf
- Corruption Perceptions Index. (2014). *The 2014 corruption perceptions index measures the perceived levels of public sector corruption in 175 countries and territories*. Recuperado de <https://www.transparency.org/en/cpi/2014/index/bdi>
- Crawford, A. V. D. B., Levy, R., Lo, W. J., Scott, L., Svetina, D., & Thompson, M. S. (2010). Evaluation of parallel analysis methods for determining the number of factors *Educational and Psychological Measurement*, 70(6), 885-901.
- Cronbach, L. J. (1951). Coefficient alpha and the internal structure of tests. *Psychometrika*, 16(3), 297-334.
- DeVellis, R. F. (2016). *Scale development: theory and applications* (Vol. 26). London, UK: Sage publications.
- Ferrando, P. J., & Lorenzo-Seva, U. (2017). Program FACTOR at 10: origins, development and future directions. *Psicothema*, 29(2), 236-241.
- Ferrando, P. J., & Lorenzo-Seva, U. (2018). Assessing the quality and appropriateness of factor solutions and factor score estimates in exploratory item factor analysis. *Educational and Psychological Measurement*, 78(5), 762-780.
- Fleiss, J. L. (1971). Measuring nominal scale agreement among many raters. *Psychological bulletin*, 76(5), 378-382.
- Gorsira, M., Denkers, A., & Huisman, W. (2018). Both sides of the coin: motives for corruption among public officials and business employees. *Journal of Business Ethics*, 151, 179-194.
- Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., & Anderson, R. E. (2014). *Multivariate data analysis: pearson new international edition*. Essex, UK: Pearson Education Limited.
- Hilgartner, S., & Bosk, C. (1988). The rise and fall of social problems: a public arenas model. *American Journal of Sociology*, 94(1), 53-78.
- Hooper, D., Coughlan, J., & Mullen, M. R. (2008). Structural equation modelling: Guidelines for determining model fit. *Electronic Journal of Business Research Methods*, 6(1), 53-60.
- Independent Commission Against Corruption. (2018). *Corruption and integrity in the NSW public sector: an assessment of current trends and events*. Recuperado de <https://apo.org.au/node/208446>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). *Projeções e estimativas da população do Brasil e das Unidades da Federação*. Recuperado de <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>
- Kaufmann, D. (2003, março). Rethinking Governance: Empirical Lessons Challenge Orthodoxy. *SSRN Eletronic Journal*. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.386904>
- Kline, R. B. (2015). *Principles and practice of structural equation modeling*. New York, NY: Guilford publications.
- Ko, K., & Samajdar, A. (2010). Evaluation of international corruption indexes: Should we believe them or not? *The Social Science Journal*, 47(3), 508-540.
- Lambsdorff, J. G. (1998). Corruption in comparative perception. In A. K. Jain (Ed.), *Economics of corruption* (pp. 91-109). London, UK: Kluwer Academic Publishers.

- Landis, J. R., & Koch, G. G. (1977). The measurement of observer agreement for categorical data. *Biometrics*, 33(1), 159-174.
- Leal, R. G. (2013). *Patologias corruptivas nas relações ente Estado, administração pública e sociedade: causas, consequências e tratamentos*. Santa Cruz do Sul, SC: EDUNISC.
- Lin, M. W., & Yu, C. (2014). Can Corruption Be Measured? Comparing Global Versus Local Perceptions of Corruption in East and Southeast Asia. *Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice*, 16(2), 140-157.
- Lorenzo-Seva, U., & Ferrando, P. J. (2019). Robust Promin: a method for diagonally weighted factor rotation. *Liberabit: Revista Peruana De Psicología*, 25(1), 99-106.
- Malito, D. (2014, fevereiro). Measuring Corruption Indicators and Indices. *SSRN Eletronic Journal*. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2393335>
- Manzetti, L., & Wilson, C. J. (2007). Why do corrupt governments maintain public support? *Comparative Political Studies*, 49(8), 949-970.
- Marquette, H., & Peiffer, C. (2018). Grappling with the real politics of systemic corruption: Theoretical debates versus real-world functions. *Governance*, 31(3), 499-514.
- McDonalds, R. P. (1999). *Test theory: a unified treatment*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum
- Milner, A. D., & Goodale, M. A. (1995). *The visual brain in action*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- Mousavi, P., & Pourkiani, M. (2013). Administrative corruption: Ways of tackling the problem. *Online Journal of Natural and Social Sciences*, 2(3), 178-187.
- Mungiu-Pippidi, A., & Dadašov, R. (2016). Measuring control of corruption by a new index of public integrity. *European Journal on Criminal Policy and Research*, 22(3), 415-438.
- Neshkova, M., & Kalesnijaite, V. (2019). Corruption and citizen participation in local government: Evidence from Latin America. *Governance*, 32(4), 1-17.
- Overman, S., Schillemans, T., & Grimmelikhuijsen, S. (2020). A validated measurement for felt relational accountability in the public sector: gauging the account holder's legitimacy and expertise. *Public Management Review*, 23(12), 1748-1767.
- Pasquali, L. (2009). *Instrumentação psicológica: fundamentos e práticas*. Porto Alegre, RS: Artmed Editora
- Perumal, K. (2021, fevereiro). Corruption measurements: caught between conceptualizing the phenomenon and promoting new governance agenda? *Vision: The Journal of Business Perspective*. Recuperado de <https://doi.org/10.1177/0972262920983946>
- Sadek, M. T. A. (2019). Combate à corrupção: novos tempos. *Revista CGU*, 11(20), 1276-1283.
- Shacklock, A., Sampford, C., & Connors, C. (2006). Introduction. In A. Shacklock, F. Galtung & C. Sampford (Eds.), *Measuring corruption* (pp. 1-6). Aldershot, UK: Ashgate.
- Školník, M. (2020). The Effects of Corruption on Various Forms of Political Participation in Colombia. *Latin American Policy*, 11(1), 88-102.
- Timmerman, M. E., & Lorenzo-Seva, U. (2011). Dimensionality assessment of ordered polytomous items with parallel analysis. *Psychological methods*, 16(2), 209-220.
- Transparency International. (2019). *What is corruption?* Recuperado de <https://www.transparency.org/what-is-corruption>
- Transparency International. (2020). *Corruption Perceptions Index 2020: Full Source Description 2020*. Recuperado de <https://www.transparency.org/en/cpi/2020/index/nzl>
- Transparency International. (2021). *Índice de Percepção de Corrupção 2020*. Recuperado de <https://transparenciainternacional.org.br/ipc>
- Villarino, J. M. B. (2021). Measuring corruption: A critical analysis of the existing datasets and their suitability for diachronic transnational research. *Social Indicators Research*, 157, 709-747.
- Warren, M. (2004). What Does Corruption Mean in a Democracy? *American Journal of Political Science*, 48(2), 328-343.
- Weitz-Shapiro, R., & Winters, M. S. (2016). Can Citizens Discern? Information Credibility, Political Sophistication, and the Punishment of Corruption in Brazil. *The Journal of Politics*, 79(1), 60-74.
- World Bank. (1997, setembro). Corruption and Economic Development. In World Bank (Ed.), *Helping Countries Combat Corruption: The Role of the World Bank* (pp. 8-23). Washington, DC: Autor. Recuperado de <http://www1.worldbank.org/publicsector/anticorrupt/corruptn/cor02.htm>
- Yu, C., Chen, C. M., & Lin, M. W. (2013). Corruption Perception in Taiwan: reflections upon a bottom-up citizen perspective. *Journal of Contemporary China*, 22(79), 56-76.

Kelmara Mendes Vieira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8847-0941>

Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Professora Adjunta na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: kelmara.vieira@ufsm.br

Monize Sâmara Visentini

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6233-6106>

Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Professora Adjunta do Curso de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (UFFS). E-mail: monize.visentini@uffs.edu.br

Ricardo Teixeira Cunha

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4228-4713>

Mestre em Gestão de Organizações Públicas pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: rt.cunha@hotmail.com